

A Resistência das Esquerdas. Fonte do ódio e da polarização no Brasil

Luci Faria Pinheiro¹

RESUMEN

O presente artigo apresenta uma análise sob o ponto de vista do ódio e da polarização no Brasil como forma de fazer política do movimento de massa radical-conservador, liderado por Jair Bolsonaro. Discute-se que tal política se institui contra as esquerdas desde a ditadura, sendo retomada para derrotar os governos do PT, como estratégia em favor do capital e do projeto neoliberal, alimentada por uma cultura de crise da democracia para alavancar seus valores conservadores, gerando consenso para a tomada de poder nas eleições de 2022. Aponta-se no ativismo feminino um ponto de ataque da política patriarcal, pela força considerável que tem na luta por democracia, necessária ao reconhecimento das desigualdades reproduzidas pela renovação do conservadorismo.

Palavras-chave: democracia, esquerdas no Brasil, movimento radical-conservador, ódio e polarização.

The Resistance of the Left. The source of hatred and polarization in Brazil

ABSTRACT

This article presents an analysis from the point of view of hatred and polarization in Brazil as a way of doing politics for the radical-conservative mass movement led by Jair Bolsonaro. It discusses how this policy has been instituted against the left since the dictatorship, and was taken up again to defeat the PT governments, as a strategy in favor of capital and the neoliberal project, fueled by a culture of the crisis of democracy to leverage its conservative values, generating consensus for the seizure of power in the 2022 elections. Women's activism is seen as a point of attack for patriarchal politics, due to its considerable strength in the fight for democracy, which is necessary to recognize the inequalities reproduced by the renewal of conservatism.

Keywords: democracy, leftists in Brazil, radical-conservative movement, hatred and polarization.

¹ Professora da Universidade Federal Fluminense, na Escola de Serviço Social, Niterói, Brasil. Docente permanente do Programa de estudos Pós-Graduados em Política Social. Doutora em Antropologia e Sociologia Política, na Université Paris 8, Paris, França (2002). Coordenadora do Laboratório de Serviço Social, novos Projetos Societários na América Latina. Email: lucifariapinheiro@gmail.com

Introdução

Num artigo publicado em 2022², procurei entender ou explicar um contexto muito árduo para os brasi-leiros que se opuseram a Bolsonaro, ao enfrentar dia-a-dia as ameaças de uma política nacional jamais vista em meio século. Procurei levantar características do novo método de fazer política da extrema-direita, para chegar ao poder em 2018. A realidade mudou e apesar da ofensiva estudada contra os direitos sociais, em defesa dos interesses do capital, utilizando técnicas modernas e não regulamenta-das pela legislação eleitoral, hoje a questão permanece mais sólida, colocando desafios maiores para as esquerdas a quem a polarização e o ódio são dirigidos. Perseguimos a ideia de que tal estratégia políti-ca não é nova, mas encontrou na conjuntura atual de crise no desenvolvimento da democracia, o espa-ço para radicalizar uma pauta autoritária. O ódio e a polarização estão na origem das formas particula-res de formação da burguesia nacional. Assim, grande parte de nossas atribuições quanto às esquer-das, referem-se ao protagonismo do partido dos trabalhadores e os movimentos sociais.

Deste modo, nosso objeto do debate permanece o mesmo: Jair Bolsonaro surgira repentinamente, co-mo expressão de uma reorganização dos setores mais conservadores, tornando-se uma liderança po-lêmica, mal-educada, radical, preconceituosa e determinada a permanecer no poder, nem que seja ne-cessário recorrer ao golpe de Estado em caso de derrota eleitoral, como ocorreu após sua derrota para Lula em 2022. O presidente em exercício abandonou o poder, fugindo para os Estados Unidos. Lula realizou uma posse com o povo, os pobres e excluídos da proteção do governo Bolsonaro.

Procuramos apresentar elementos que favoreceram a polarização da sociedade brasileira, trazendo no-vas reflexões a partir da realidade mais recente, onde as esquerdas que resistem ao neoliberalismo ago-ra enfrentam, apesar da crise democrática, a oposição de um movimento de massa radical-conservador que precisa manter seu projeto e recuperar-se dos desgastes das táticas equivocadas que levaram os mais fiéis à prisão e Bolsonaro a um beco ainda sem saída. As investigações estão em fase de conclu-são pelo STF (Supremo Tribunal Federal), Bolsonaro está impedido de se candidatar

2 Pinheiro, L. F. 2021. Convergências entre Política, Religião e Economia na Ideologia da Extrema-direita no Brasil. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-2-religiones-y-decolonialidad-en-america-latina/> Consultado em: 15 de abril 2024.

até 2030 e de deixar o país, restando o legado eleitoral para enfrentar Lula novamente, em 2026.

A justificativa para esse ângulo de análise é que os enfrentamentos entre esquerda e direita vinham ocorrendo no país desde a emergência do Partido dos Trabalhadores, embora a polarização e o ódio tenham uma tradição na perseguição às resistentes guerrilhas durante a ditadura. A presença de um partido operário de massa durante décadas nas eleições em todos as instâncias do poder político, pro-longou a democracia e articulou as esquerdas na América Latina, ousando levar tal resistência para o âmbito das relações internacionais.

A marca divisória da organização da extrema-direita foi numa campanha pela queda do segundo go-verno de Dilma Rousseff, o que representava por um fim aos governos do PT que se sucederam por quatro reeleições, de 2002 a 2016. Para tal nada foi mais importante que a prisão do ex-presidente Lula. O ódio como tática política contra as mulheres ativistas teve início naquele período, quando foi formada uma comissão de direitos humanos para apurar os crimes contra as vítimas da ditadura. A competência e compromisso político de Dilma Rousseff evidenciava os crimes da ditadura, mas seu crime foi favorecer o Programa Bolsa Família a despeito do orçamento apertado. Foi aproveitando uma brecha de impopularidade causada pelas obras superfaturadas dos Jogos Olímpicos, onde ela própria não fora implicada, mas devia deixar poder. Entretanto, o descontentamento dos movimentos sociais quanto às remoções previstas em obras de infraestrutura, foi adensando o conjunto de elementos que redundaram em 2013, num dos maiores movimentos de protesto social no Brasil, eclodindo contra o aumento das taxas de transporte coletivo.

Mas o ponto de partida de uma polarização mais recente, se deu mesmo com o crescimento do PT, a participação ativa das mulheres na política, os avanços das lutas LGBT, o movimento negro e movimentos urbanos na contestação de operações policiais nas favelas a despeito da vida dos moradores. Ou seja, o combate e denuncia da violência de Estado, sobretudo no Rio de Janeiro, detonou o ódio e a mobilização de forças favorecidas financeiramente, seja pelo privilégio de classe, seja pela rede de negócios que cresciam em torno do fenômeno da violência urbana. As representações políticas conservadoras que ascenderam ao poder a partir de 2018, travaram uma verdadeira ofensiva no Rio de Janeiro, ali constituindo verdadeiros cartéis e redes de influência nos três poderes estaduais, servindo de suporte e legitimação à liderança de

Bolsonaro na política regional, paulista e nacional. Formou-se então um polo de divergências políticas cuja hegemonia da extrema-direita foi possível tão somente com a mediação do crime, o envolvimento da justiça e da polícia e logo, da corrupção na esfera pública, nos crimes eleitorais, na matança de inimigos políticos em anos eleitorais, ilustrados pelo assassinato da deputada Marielle Franco, em 2018, defensora dos direitos humanos em áreas de conflito urbano.

Contudo, o pano de fundo da resistência das esquerdas num período mais recente é o avanço do neo-liberalismo em proporção oposta à democratização das oportunidades de trabalho, numa economia cada vez mais fechada à redistribuição de renda, a despeito do sucesso dos governos do PT em reduzir a fome e a pobreza. Mais do que isso, a despeito do atual governo que já conseguiu elevar as expectativas do Banco Mundial quanto a taxa de crescimento da economia, o movimento de massa da extrema-direita se mantém mobilizado, realizando protestos contra a democracia e o governo Lula.

Perpassam as experiências de resistências das esquerdas, seu enraizamento político no movimento popular a partir de novas composições de forças. Dentre as mudanças na paisagem política, as pautas ambientais estão na ordem do dia, penetrando espaços resistentes das esquerdas clássicas e fortalecendo a ação organizada dos movimentos camponeses, indígenas, populações afro-brasileiras e suas crenças ancestrais; a teologia da libertação; o movimento negro e os movimentos feministas e LGBTQIA+. A essa revitalização recente das esquerdas, contribuíram as ameaças radicais sob a liderança de Bolsonaro. Uma questão que permanece instigadora e fazendo diferença é: - como o PT encontrou forças para derrotar Bolsonaro em 2022, renascendo de uma desmoralização sofrida após a prisão de Lula e o impeachment de Dilma Roussef em 2016? Eis aí um ponto nuclear para acreditarmos que a polarização é um método de fazer política dos setores conservadores e sua vocação autoritária. Portanto, ela tem particularidades no Brasil e se acentuam diante de um cenário favorável no mundo, marcado por guerras, disputas territoriais, mas tendo como cenário uma nova guerra fria entre as duas maiores potências mundiais, ameaçando o império capitalista.

O legado democrático no Brasil e os desafios impostos pelo neoliberalismo

Malgrado o sucesso das conquistas sociais obtidas com o fim da ditadura civil militar (1964 a 1986) no Brasil, a forma agressiva como as medidas neoliberais chegam neste país é contrária ao que a burguesia justifica como oportunidade de gerar crescimento econômico e emprego. Gerar consenso nestas condições significava ter que formar uma cultura da crise, onde todos aceitassem os sacrifícios impostos em nome das promessas e fantasias do mercado, numa perspectiva de dependência e sem mudar o eixo do desenvolvimento periférico (Fernandes, 1972). A cultura da crise surtiria efeito sem as regulamentações que a constituição brasileira promove para segurança ao trabalhador e da democracia no convívio entre as classes, evitando uma exacerbação dos conflitos.

A guerra fria constituiu um instrumento de hegemonia burguesa que utilizou mais do que nunca a polarização para estruturar suas bases. Na periferia do capital, o conservadorismo e o ódio contra o socialismo, levou a um travejamento de golpes violentos contra a democracia, presentes na história da América Latina, onde o neoliberalismo se instala com exceção do Chile, tardiamente. Observa-se nessa realidade que a ordem burguesa não se sustenta na normalidade democrática, mas mediante conflitos e polarizações que desestruturam as organizações que vêm das bases populares e conquistam direitos. As lutas sociais instrumentalizam os trabalhadores na conquista de melhores condições de trabalho, difundindo objetivamente os valores drasticamente ameaçados. O caráter radical do neoliberalismo na periferia não age da mesma forma que no centro do capital, porque não encontra as condições políticas estruturadas, mas uma radical divisão de classes mantida sob artifícios de submissão do trabalhador à ordem. Ou seja, a cultura burguesa periférica e dependente é polarizada e utiliza de métodos radicais quando se sente ameaçada pela ordem mundial competitiva ou pela revolta dos trabalhadores que é a ferramenta básica de lucratividade.

Dentre as diferenças da democracia entre o centro e a periferia do capital, encontra-se uma resistência organizada dos trabalhadores, que ameaça o fluxo da produção a cada ofensiva do capital contra o estado de direito. Entre nós, no entanto, a dependência econômica é resultado da ausência de reformas democráticas, estas que nos países de centro foram realizadas justamente no período de transição do capitalismo monopolista. Enquanto o capital se estrutura

após a segunda-guerra mundial via crescimento econômico e proteção social do Estado, na periferia o modelo de desenvolvimento vai se dar mediante um projeto conservador, de transferência de tecnologias e exportações de matéria prima. A economia que hoje impera no Brasil é aquela privilegiada pelos governos ditatoriais, que investiram numa modernização conservadora, demandada pelo capital estadunidense para defender seus próprios interesses. Nestes governos, nada houve de investimento em infraestrutura que não estivesse direta-mente associado às exigências do mercado. Isso gerou o fim da própria ordem dos generais, na medida em que impulsionaram a pobreza e a dependência, geraram desemprego e entregaram ao final uma economia em crise, para usufruto de uma flexibilização que poria em crise a força sindical, formada no período de maior crescimento industrial.

A democracia que renasce em 1988 sofrera nos anos 90 um retorno à sua vocação liberal, despolitizando ou descaracterizando as demandas organizadas por direitos sociais, que afloraram e transbordaram em duas décadas de ditadura. Mas atendidas as necessidades das massas, estaria-se então em vias de transformar política e culturalmente a sociedade, criando mecanismos de inclusão social e participação política, no controle e gestão das políticas sociais.

Entretanto, por mais que a tardia democracia pudesse representar esse quadro necessário a um desenvolvimento mais igual da sociedade burguesa na periferia, rompendo com o ciclo de dependência, a crise do capital que no primeiro mundo gerava o desemprego e a flexibilização dos contratos de trabalho, no Brasil ela era uma realidade permanente, onde a metade dos trabalhadores estavam na informalidade. Diante da inevitável flexibilização dos direitos sociais, o que se tinha de base para avanço na democracia era uma consciência política derivada das mobilizações recentes, dos processos eleitorais e dos movimentos sociais, dentre os quais por reforma agrária, premente diante da transição de uma agricultura tradicional para sua mecanização ou modernização conservadora.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, coloca uma pá de cal sobre o movimento socialista, deixando as novas gerações dos movimentos sociais órfãs dos princípios radicais democráticos. Por isso a crise política das esquerdas vai se dar de forma mais evidente no setor industrial, do que no resto da economia, pois ali a redução drástica de empregos impactou diretamente

no enfraquecimento das lutas trabalhistas. (França, 2013) Um exemplo da ausência de reformas democráticas durante a ditadura, que explicava a falta de poder das bases para usufruir dos resultados da produção, foi a capacidade dos governos em abafar por meio das armas, a liberdade de organização do trabalho. Quando essa repressão se mostrou fragilizada, houve uma eclosão de greves, que acabaram por impulsionar as lutas por democracia.

Isso posto, lembramos que a polarização não emana da cultura política de forma isolada e repentina-mente. Ela se manifesta como o ponto culminante de uma saturação do modelo de desenvolvimento capitalista, agora em busca de legitimação de sua crise enquanto condição “orgânica e sócio-metabólica”. Para Mészáros, o Estado é necessário mesmo que a globalização da economia seja uma tendência do capital que necessita do mínimo de intervenção: “sem uma solução socialista, o antago-nismo mortal e a confrontação hegemônica necessariamente crescentes das principais potências con-correntes pelos escoamentos exigidos só podem resultar em uma ameaça à sobrevivência da humanidade”. (Mészáros, 2007: 61) Nessas condições, vimos emergir na transição para o terceiro milênio, a reconstituição das velhas e conservadoras formas de organização política, responsáveis pelas bases de sociabilidade requeridas à legitimação do neoliberalismo. No Brasil elas conviverão com as forças democráticas efervescentes no final dos anos 80, período de forte mobilização pela abertura política, mas sem trégua insistirão na austeridade fiscal como forma de conter os gastos sociais do Estado.

O empreendedorismo individual foi uma resposta do mercado à situação de vulnerabilidade que pro-voca a precarização das relações de trabalho. Não se pode deixar de identificar num tal esvaziamento das políticas de base da classe trabalhadora, o primado da tecnologia sobre o trabalho mecânico da era fordista. A queda no poder de consumo alimentará a concorrência individual em busca de oportuni-dades de trabalho e no mesmo passo, conforma um sistema produtivo mediante baixa empregabilidade, redução de garantias e flexibilização dos contratos de trabalho. No âmbito da proteção social, as políticas são cada vez mais focalizadas nos mais pobres; na redução de eficiência do sistema único de saúde (SUS) e de transferência de investimentos na educação pública para a iniciativa privada. Ora, se du-rante o período de ditadura o Estado foi um forte investidor na economia, impulsionando um mercado consumidor de bens duráveis que beneficiou a indústria norte-americana, aumentava por sua vez o poder de consumo da classe média favorecida pelo

acesso à educação pública. A partir dos anos 90 esses investimentos transitam para a esfera privada, em proporção inversa aos investimentos em políticas sociais. (Iasi, 2017).

Os projetos de reformas na constituição de 1988 miravam as privatizações, o enfraquecimento dos sindicatos, a reforma da previdência social e dos direitos trabalhistas, através da flexibilização. Ideologicamente, a transformação do desemprego em oportunidade de turbinar o empreendedorismo individual, teve como ponta de lança a automatização da indústria, contribuindo para que houvesse uma canalização da pobreza a favor do mercado, cujos benefícios sociais passam primeiramente pelo setor financeiro: seja oferecendo crédito fácil com juros altos, seja oferecendo promessas falsas. Isso significava também uma passagem da consciência política acumulada nos anos 80, para uma consciência competitiva e individualizada, moldada pelo ideário neoliberal a começar pelo desemprego desenhado e oportunidades de trabalho precarizadas. A cultura da crise é o meio de despolitização da população, pois além de retirar o meio de sustento e proteção social, reduz a formação de trabalhadores, através de um acesso cada vez menor à universidade pública. Abre-se um mercado cultural educacional vasto de baixa qualidade para atrair os pobres. O neoliberalismo trouxe uma sociabilidade escassa numa sociedade que se descaracteriza a cada dia, ligada por relações virtuais vazias, onde a política não mais contribui, mas gera obrigatoriamente inimigos e alimenta o ódio entre iguais e diferentes.

A sociedade civil na concepção neoliberal é resgatada para legitimar a ideia de comunidade restrita aos produtores privados, onde a vontade popular estaria contemplada em oposição à esfera politicamente democrática. Foi no meio controverso do mercado religioso que Bolsonaro encontrou sua forma de capitalizar votos e forjar a sonhada sociedade civil³, que irá mover esforços para mantê-lo no poder. Para Acanda (2006), o termo sociedade civil surgiu de forma ideal para projetar uma imagem de sociedade que colocasse em questão o poder da autoridade da monarquia, externa ao mundo social (Deus, o Rei / tradição), a partir do século XVII, após a crise ideológica deflagrada

3 Ao registrar essa referência em Bolsonaro, resgatamos a reflexão de Acanda (2006) sobre o significado liberal de sociedade civil adotado pela burguesia, o qual não se confunde com os movimentos sociais representantes dos ingressos populares, o quais representariam nas reflexões de Gramsci organismos de hegemonia do partido revolucionário. Para o autor, a sociedade civil é a base de legitimação social das forças conservadoras, que requer a burguesia em nome de uma ética vinculada ao sentido moral de comunidade.

pelas revoluções inglesa e francesa, além da revolução das Treze Colônias. A Sociedade civil é um dos fundamentos básicos do pensamento liberal, que nasce com o liberalismo, na Modernidade, apresentando três fundamentos: razão, indivíduo e sociedade civil. Seria o “espaço no qual, por meio da inter-relação dos diferentes interesses privados, se expressava a razão universal e emergia o bem comum”. (p. 100)

Introduz-se nesse âmbito uma contrarreforma dos valores democráticos que derrotaram a ditadura e se consolidaram na Constituição, minando dentro da ordem a força dos movimentos sociais, que geraram milhares de lideranças sociais, as quais se uniram para a fundação de uma central sindical combativa e um partido operário forte e consciente do projeto de sociedade que desejava. Foi nesse contexto que mais se destacaram as lideranças e ativistas da teologia da libertação, impulsionando os movimentos sociais nas periferias, favorecendo as mobilizações coletivas através de Cebes (Comunidades Eclesiais de Base) em todo o país, como uma das frentes de composição ideológica do Partido dos Trabalhadores.

A dinâmica democrática que ilustra a organização do partido dos trabalhadores era inédita e representava uma real força popular. Na medida em que exercia pressão sobre os governos, as esquerdas tinham uma forma mais consciente e racional de alavancar um processo efervescente de defesa da esfera pública e de controle social sobre os recursos do fundo público. As administrações participativas do PT, crescentes por duas décadas, faziam uma mediação acabada da divisão do poder com as bases dos movimentos sociais, obtendo êxito no acesso da população aos bens públicos e às políticas sociais, a exemplo de equipamentos sociais urbanos, como transportes, saúde, habitação, creches, etc. A competência na gestão e aplicação dos recursos foi promovendo uma ampliação do partido de forma horizontal. O partido acabava por colocar a esfera privada (empresários organizados no sentido clássico liberal) no seu lugar e revelar uma sociedade civil organizada oposta à proposta neoliberal, que investe em órgãos tradicionais e forjará as bases de promoção da liderança de Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, a terceirização dos serviços públicos impulsiona uma *onguização* na sociedade civil. Como possibilidade de canalização das competências concentradas em ativistas ávidos em formar equipes de atuação em comunidades ou assessorar projetos sociais, as ONGs representam uma

terceirização do espaço político democrático para atender as comunidades. O financiamento público aberto para projetos sociais proporcionou experiências exitosas, mas impotentes para conter a desenfreada cultura competitiva e individualista que contribui para que a indiferença se transforme em ódio. Essa cultura serve à polarização entre as classes, mediada por organismos privados, a exemplo de religiões neoconservadoras e neopentecostais e das redes sociais aprisionadas pelas novas formas de ganhar dinheiro das Bigtechs ou redes de *streaming*.

Foram peças-chaves do desmonte dos direitos democráticos, o governo de Fernando Collor de Melo, o qual sofreu impeachment por corrupção e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Collor de Mello era um representante do setor agro-industrial e da mídia televisiva, sintetizando a formação de uma burguesia agro-industrial em conjunto com a tradição oligárquica. Enquanto FHC era de um partido de centro-direita, à época reconhecido pelo bem sucedido Plano Real, que rendera-lhe vitória na eleição para presidente da república. Antes de ocupar a pasta de Ministro da Fazenda no Governo de Itamar Franco, FHC era um sociólogo com alguma tradição intelectual de esquerda, que defendia nos anos 70 autonomia do país em relação à dependência do capital internacional. (Cardoso, 1969) Mas ele via como saída do endividamento do país, a preparação para uma economia de mercado forte e capaz de ingressar nos processos concorrenciais que a globalização impunha naquele período. Contudo parece ter sido um êxito do primeiro governo Lula, o que remetia necessariamente, às privatizações de empresas estatais, à redução de investimentos em educação pública e ampliação do ensino privado, apostando no aumento da capacidade do desenvolvimento científico e tecnológico. Para tal, os servidores públicos da educação em especial, tiveram seus salários congelados por uma década. Por outro lado, FHC teve como principal opositor a liderança sindical de Lula, que concorrente na eleição e reeleição daquele, acaba o derrotando em 2002. FHC foi se confirmando uma força moral e líder do partido de centro-direita, enraizado na elite intelectual paulistana, que forma opinião e consegue canalizar apoios da grande burguesia. Na interpretação de Antonio Gramsci, o partido exerce o papel de intelectual orgânico na educação das massas ou na defesa de projetos conservadores (Buci-Glucksmann, 1979). Seria o caso do ex-presidente em destaque, seu partido é formado de quadros altamente capacitados para assessorar e defender os interesses da burguesia, como intelectuais orgânicos que desenvolvem argumentos convincentes favoráveis ao capital nacional e internacional.

Para que o projeto neoliberal mantivesse seu curso na construção de hegemonia, faltava aos referidos intelectuais tradicionais, extinguir o poder do PT consolidado em quatro governos consecutivos. Em nossa concepção a polarização teria sido uma arma poderosa, forjada do centro do poder para as bases populares, onde o PT enfrentava uma crise de legitimidade. Embora a mídia sempre fora a chave para popularizar um descontentamento *vis-a-vis* de qualquer governo, na era das redes sociais por onde se expande o ódio, o consenso será buscado contra a democracia defendida pelas esquerdas. Deste mo-do, as alianças realizadas por todos governos com os setores conservadores, é um indicativo que para governar deve-se obter o apoio das classes favorecidas, abrindo-se para as demandas objetivas e sub-jetivas de um povo acuado pelo nível de violência e desemprego. As igrejas vão assumir um espaço literalmente atribuído ao Estado democrático, dando respostas parciais à “questão social” que é a base de aprofundamento dos interesses de classe na sociedade capitalista. Alianças com setor empresarial vieram a revelar um setor tradicional conservador que forma opinião e tem um poder de arrecadação seguro, como alguns grupos evangélicos portadores de uma acumulação de capital impressionante. A ideologia do mercado adentra os templos, seja por meio do incentivo ao empreendedorismo individual, seja pela oferta de um projeto baseado na fé, um alento aos incapacitados pelo sistema, lotando os cultos e apostando em candidatos que se venderão conforme o projeto de influência religiosa que ostentam, política e economicamente.

Uma das fontes do ódio propagado contra o PT teve início em São Paulo, onde este nasceu, defendendo os trabalhadores contra a usura da burguesia industrial e os governos neoliberais⁴. O impeachment da presidente Dilma Rousseff foi resultante imediato de sua queda de popularidade, que convergia com o surgimento de novas lideranças sociais nos protestos de 2013 contra os políticos e a política, de onde emanará um fio de luz sobre a

4 O partido da social-democracia ou de centro-direita liderado por FHC nas últimas décadas, chegou ao estágio terminal nas últimas eleições, obrigando-se a entrar nas fileiras da extrema-direita para eleger Bolsonaro. Essa crise da social-democracia atuou também na desmoralização do PT, aproveitando a queda de popularidade do segundo governo Dilma Rousseff. A crise política colocava em risco as reformas do Estado que não seguiam no ritmo que as demandas do capital colocava. O sucessor de Rousseff, seu vice-presidente eleito, demonstrou como nenhum político antes desdém pelas consequências das chamadas contrarreformas sobre a pobreza, a saúde e a educação. Seu apreço é pelos representantes do grande capital, em São Paulo, onde resgatou apoios o suficiente para fragilizar o governo de Dilma Rousseff, levando à prisão de Lula, a partir de manobras que vieram à tona, culminando com a prisão de lideranças clássicas do PT, acusa-das e presas por corrupção na Operação Lava-Jato.

sucessão presidencial. Os protestos espalhados por todo o país presencial e privadamente, deixou um legado de protestos na classe média que é avessa à exposição nas ruas, como os painéis. Em circunstâncias diferentes estes foram muito usuais durante o governo Bolsonaro, durante a pandemia de covid, mas também em resistência à tática de ódio do bolsonarismo⁵.

O movimento Passe Livre abriu as portas para uma convergência de direita contra a política do PT no poder. Mas ao mesmo tempo, ele deu passagem a oportunistas que atuavam no poder judiciário e no Ministério Público, responsáveis por processos contra lideranças tradicionais do PT e empresários favorecidos pelas obras públicas que tiveram como mais favorecida a empresa Odebrecht. A justiça teve um protagonismo sem igual no país e a forma como apurou as investigações em conluio com o Ministério Público, parecia antecipar uma nova ordem jurídica formada por justiceiros. Esse processo foi racionalmente atualizado pela imprensa, com exclusividade; como moeda de troca os resultados da espetacularização feita por juristas que manifestavam uma moral a ser impressa na política. As prisões preventivas provocavam delações apressadas e milionárias para validar a prisão de Lula, único candidato que suplantaria as ameaças do governo ultraconservador de Michel Temer, sucessor de Dilma Rousseff, radicalizando as pautas neoliberais de privatizações. Até este momento, as forças de extrema-direita não haviam se manifestado com vistas a reivindicar o vazio gerado pela crise do PT.

Uma questão que à época estaria presente no golpe que fermentou o movimento da extrema-direita, é: Como impedir que o PT em seu quarto governo, regado de alianças com o grande capital, se mantivesse no poder? A capacidade de redução drástica dos índices de pobreza no país era a principal justificativa para a derrota do partido, justamente por ter sido reconhecido pelos organismos internacionais. Temia-se evidentemente que os pobres exigissem mais e mais investimentos do Estado e com isso se avançasse no país uma pauta revolucionária, como viria mostrar a campanha bolsonarista e em todo o seu governo, no estímulo ao ódio anticomunista. Estamos falando de um período adiantado de neoliberalismo, portanto de crise econômica e dos direitos democráticos. Os direitos sociais dos trabalhadores foram

5 Esse movimento foi deflagrado pelo movimento Passe Livre, desembocando em brechas para a manifestação de forças pró-militares, dentre multidões as mais heterogêneas e vastas em suas reivindicações, as quais não se restringiam à redução do preço das passagens no transporte público. O prefeito de São Paulo era o atual ministro da fazenda Fernando Haddad, candidato do PT derrotado por Bolsonaro em 2018.

os principais alvos da campanha da direita, alimentada por novas gerações desesperançadas e com opinião formada pelas redes sociais. Obviamente que a juventude não constitui um grupo homogêneo e manipulado em sua complexidade, ao contrário assistimos a uma virada das políticas de educação nos governos de esquerda, que mudou a cor e a situação de classe do ingresso na universidade pública.

É certo na história do Brasil que o desenvolvimento da economia periférica não passa sem que golpes sejam forjados, coagindo as classes populares contra a democracia. A importância dos intelectuais orgânicos tradicionais parece incontestável na revitalização do reacionarismo na política, que traz de volta as forças militares, sem julgamento pelos crimes cometidos e esquecidas pelo poder político, mas pro-vocadas pela Comissão da Verdade, criada pela presidente Dilma Rousseff. A onda bolsonarista elege e reelege com sucesso antigas e execráveis lideranças políticas, que alimentam os conflitos de terra, afugentam os defensores dos direitos humanos e usam a violência de Estado como política de segurança pública, sobretudo aumentando os conflitos de terras. Reascende-se o voto de cabresto nas férias, com ajuda de milícias territorialistas. Em tais governos, o país apresenta índices alarmantes de crimes de ódio contra mulheres, casais homoafetivos e pessoas transexuais, cuja liberdade de organização é, ideologicamente um eixo de orientação da violência que marca as formas de mobilização política. Em compasso com o radicalismo conservador, observa-se uma passagem brusca entre a qualidade da política em prol da democracia após os anos 80, para um profissionalismo político populista e messiânico-conservador, no final das primeiras décadas do século XXI.

Acima tentamos problematizar as formas utilizadas para dar densidade popular a uma inversão de valores sem precedentes, a partir da eclosão do movimento de extrema-direita que tomou o país desde 2018, buscando na história recente os embates e ganhos conquistados das lutas democráticas, assim como, as mudanças na ordem burguesa, operadas através de crises subsequentes. É em nome dos recursos públicos que os conflitos de classe crescem no país, provocando a resistência das esquerdas e colocando no horizonte as lutas socialistas, demonizadas mais do que nunca nas últimas décadas.

As lutas pela democracia mobilizaram as bases da classe trabalhadora, hoje travejadas de movimentos chamados “novos movimentos sociais” em oposição àquelas (GONH, 1997). Contudo, estes movimentos avançaram

aprofundando a questão do trabalho em sua face sexista e produtora de desigualdades. Eles conquistaram um espaço no movimento democrático que os tem aproximado dos valores socialistas ou da compreensão materialista dos valores individuais, como componentes do ser social na sociabilidade burguesa. Suas lutas têm se mostrado na atual conformação das esquerdas, como atores fundamentais na radicalização da democracia, pois tornam mais evidentes as violentas formas de existência da burguesia e de seus aparatos ideológicos em seus momentos contínuos de crise.

Lutas democráticas e o ativismo feminino

Feitas as considerações acima, refletimos sobre a participação ativa das mulheres nos movimentos sociais como uma realidade no Brasil, desde os anos 1980, ocupando as bases da política no cotidiano. O silêncio da mulher entre muitas famílias brasileiras nas duas últimas eleições presidenciais, em nome do segredo do voto e de pacificação das famílias, provavelmente rendeu votos à Lula, diante do machismo impulsionado por Bolsonaro na sociedade. Se antes elas tinham preconceito contra o movimento feminista, a partir do movimento bolsonarista as mulheres ficaram mais autênticas. Esse fenômeno tornou-se consciente ao longo da pandemia, quando o movimento colocou a saúde em risco contra as vacinas. Naquele período o negacionismo entrou em ação, não importando as críticas de suas afinidades com o movimento neofascista ou mesmo neonazista. O radicalismo mereceu críticas justificadas a uma visita oficial recebida pelo presidente de uma deputada líder do movimento neonazista alemão. As referências ideológicas do nacional-socialismo de Hitler na Europa no período da segunda guerra mundial, estavam evidentes e muito se debateu a respeito em busca de uma compreensão do fenômeno que parecia monstruoso, se tornando realidade nos anos seguintes, com diversos exemplos dentre os quais a constatação do processo em curso de dizimação dos povos Yanomani pelos garimpeiros aplaudidos pelo governo. Além disso, a suspensão dos serviços de saúde e o assassinato de lideranças indígenas aumentou consideravelmente, confluindo com o corte de fiscalização e redução de recursos para as equipes de saúde para atendimento aos povos tradicionais.

Em 2018 e em 2022, realizamos dois projetos subsequentes no estado de Goiás, um dos estados mais devastados nos últimos anos, para exploração do capital agro-industrial. Na primeira experiência via-jamos pelos assentamentos rurais, acompanhando o trabalho da Comissão Pastoral

da Terra (CPT), dedicado à formação, assistência técnica e mobilização dos trabalhadores da agricultura familiar, na modalidade de educação popular. Observou-se que o sustento tanto do movimento quanto da produção vinha se dando pelas mulheres e suas famílias, através da defesa dos recursos naturais e denunciando o envenenamento da água e da terra pela monocultura, na fronteira dos assentamentos. Enquanto ideologia do movimento camponês, a violência dos conflitos de terra constitui a memória da infância, da juventude e da velhice daqueles que estão assentados, perfazendo todas etapas da vida. Para estas pessoas o sentido da propriedade da terra em condições de uso, reside na garantia de sobrevivência da agricultura familiar, porém nos moldes da agroecologia, como produtora de alimentos diversificados e nativos, voltados para a segurança alimentar da família e sua venda na cidade é um gesto político. Nesse sentido, uma opção de luta camponesa durante a pandemia foi distribuir cestas de alimentos da agroecologia para milhares de famílias em situação de insegurança alimentar no país. A CPT investiu recursos para também subsidiar o sustento dos assentados e de comunidades. A transição e aprofundamento do modelo de mercado na economia brasileira, instaurou uma degradação das relações sociais, adentrando nas famílias para instituir os conflitos políticos nos moldes patriarcais. Essa realidade eclodiu no período de isolamento social, decretado para proteger a população contra o coronavírus.

As políticas públicas emergenciais foram essenciais para a prevenção do contágio, em especial o auxílio emergencial ampliado para os desempregados. Uma das atitudes mais antagônicas do Governo Bolsonaro naquele período, foi estender para a classe média e empresarial o auxílio emergencial, enquanto os conselhos de saúde se uniam para socorrer as pessoas e para gerir os recursos de forma solidária, criativa e justa. Reunindo-se por meio de plataformas digitais, o debate e as providências necessárias tiveram o apoio incansável das mulheres ativistas e conselheiras de diversas políticas setoriais. Enquanto em Niterói, município progressista do estado do Rio de Janeiro, o conselho levantava as principais demandas em saúde pública mediante o planejamento participativo; economicamente, estabeleceu-se o auxílio emergencial imediatamente por quatro meses e constituiu-se uma política contínua de geração de renda através da economia solidária e da Moeda Social. Outra administração pública de esquerda, a Cidade de Goiás obteve adesão das mulheres em ajuda e qualificação da educação rural em domicílios. Realizando redes de comunicação rural, elas dividiam o tempo com o ensino das crianças, o trabalho cotidiano e os cuidados de idosos. O auxílio emergencial foi a

principal medida de segurança à vida, em especial onde as esquerdas estavam no poder local, pois a nível federal foi distribuído em atraso. Contudo, com o cultivo de medicinas naturais e de alimentos oriundos do cerrado, as famílias sobreviveram ao isolamento social, permanecendo menos traumáticas do que se esperava. As dinâmicas da pastoral da saúde são um real meio de resgate da dignidade, da educação e sociabilidade que as mulheres aprendem para autonomia e luta pelas condições de vida no campo.

No final da pandemia, surgiu um vazio político, que será gerido na experiência da Cidade de Goiás, a partir de reuniões presenciais, investindo na formação de novos conselhos e lideranças para o controle social. Essa foi uma resposta aos desgastes provocados pela polarização no período eleitoral de 2022. As plataformas haviam proliferado distanciando as pessoas de si mesmas, aumentando as contradições sociais, o desemprego e os conflitos domésticos.

Em síntese, enquanto as esquerdas se mobilizavam durante a pandemia, em vista das ameaças à segurança da população no plano sanitário, uma onda contrária questionava e tencionava pelo retorno à normalidade. A pandemia se deu no momento crítico de austeridade dos governos conservadores em nome da redução de investimentos do Estado em políticas públicas, congelando salários e saturando a gestão pública de tecnocratas militares, de intelectuais conservadores e de ativistas contra os direitos humanos. As bases bolsonaristas foram incisivas em condenar a mobilização da sociedade civil de solidariedade e defesa dos direitos humanos, adotando o ódio e a indiferença aos pobres. O incentivo ao porte de arma resgatou a valentia, o ódio e a violência no campo e na cidade, nutrindo o crime organizado, a milícia em pequenas e grandes cidades, aproveitando a situação de calamidade pública para fazer um tipo de política mais contestável do que aquela que se combatia em campanha eleitoral. Enfim, os rastros do terror promovido pelo radicalismo conservador ganharam vida, levando as esquerdas a uma resistência de forma distante e acuada, evitando exposição durante todo o governo radical conservador.

A propósito da resistência ameaçada, os pilares da superação ainda se encontram abalados após a vitória das esquerdas nas eleições de 2022. As próprias ameaças políticas empreitadas pelas reformas do Estado, é um imenso suporte da extrema-direita no desgaste da democracia. A avidez de tais forças políticas pela apropriação dos recursos públicos, mediante a formação de uma

sociedade civil focada na condenação do Estado, da justiça e da democracia, chegou ao seu ponto culminante.

Pode-se interpretar que no Brasil vive-se a era de uma reinvenção das utopias sem nenhum projeto social que não seja baseado na segurança à vida e à sobrevivência das pessoas mais vulnerabilizadas. No entanto, para aqueles grupos organizados e com menor complexidade em lugares de administração política democrática, uma retomada do ativismo renasce da necessidade de liberdade objetiva pelos valores vitais, derrotando Bolsonaro através da candidatura de Lula, que tornou o líder incontestavelmente forte para impedir o projeto de ditadura no país. Essa vitória representou um resgate das lutas sociais e da liberdade de manifestação daqueles que têm uma resposta a uma crise potencializada na última década, tipicamente de uma economia dependente em nome da dependência. A fenda cavada na estrutura desigual da ordem burguesa no Brasil pós-neoliberal não teria ocorrido de forma tão profunda politicamente, se este país não gozasse de um protagonismo econômico sem igual em sua história, sob os governos de esquerda. Retomamos ao ponto inicial do debate proposto, apontando a causa da polarização ampliada como método de fazer política e efeito de uma burguesia que não se contenta com as maiores extrações de lucratividade, preferindo o poder pelo poder, mesmo que o custo seja o pior de todos: o esgarçamento do estado democrático, a partir de dentro e da pressão das armas. É neste ponto que sobrevive o país, sob riscos para os movimentos sociais, dos quais as mulheres são as protagonistas, agora por terem a consciência de sua força contra o movimento radical-conservador.

A forma de produção agroecológica acima mencionada foi disseminada e consensuada desde os anos 90 pela Via Campesina na América Latina, como mudança de estratégia política e econômica do movimento camponês, num contexto de aumento das exportações impulsionadas pelo sucesso dos agro-negócios. (Pinheiro, 2010). A partir dessa realidade o latifúndio ganha importância na economia, constituindo um vetor político renovado e influente nos governos conservadores. Esse quadro contribuiu nos últimos anos para uma mudança significativa na política brasileira, notadamente para adesão dos grupos radicais-conservadores. Eis que na formação de um consenso de classe, esse grupo se aliou ao mercado financeiro, colocando o Estado a seu serviço e por sua vez, aumentando o poder coercitivo contra as lideranças sociais e organizações de apoio aos direitos humanos. Essa hegemonia do setor, promove um retrocesso na cultura política brasileira, observada em

diferentes aspectos da cultura e da política, como a expansão do mercado cultural sertanejo, concentrado em regiões de grande produção agroindustrial para exportação, como Goiás e Mato Grosso, na região Centro-oeste. É também onde as sociedades mais aplaudem a violência policial como método de fazer política dos governos conservadores, o que associado ao crescimento econômico virtual, promove-se um modelo mais desigual e injusto.

Esse fenômeno construiu uma imagem na sociedade totalmente distorcida dos movimentos por reforma agrária, assim como, vem elegendo consecutivamente governos de partidos conservadores, relançando lideranças antigas aliadas dos governos militares. O capital agro-exportador não é homogêneo, seu crescimento vem no bojo da globalização da economia, enfrentando com a produtividade os movimentos ambientalistas e as pautas de redução da emissão de carbono. O projeto de ampliação de divisas impulsionado pela monocultura a partir dos anos 70, vem sendo retomado a partir da abertura política, nos moldes colocados pela ideologia neoliberal, alimentada igualmente pelas novas tecnologias.

As considerações sobre a economia brasileira no mercado internacional, elevando o rank do país entre as vinte economias mais prósperas nos governos do PT, aponta um elemento fundamental das condições adequadas à radicalização conservadora e seu retorno ao poder. Uma digressão aos primórdios dos anos 90 foi para situar um marco da reação conservadora, temerosa das forças progressistas que penetravam os fóruns internacionais, assumindo liderança como na realização no Rio de Janeiro da Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente). Não é por acaso naquele contexto que os movimentos sociais se organizavam em busca de alternativas, inaugurando os movimentos anti-globalização. No Brasil, as administrações participativas do PT contribuíram e participaram da organização do Fórum Social Mundial nos anos consecutivos. Tratava-se de um período de liderança do Brasil na formação de uma frente de resistência ao neoliberalismo, em países da América Latina. Esse e outros movimentos de resistência entraram em crise, mas se renovam por uma questão de redução da dependência que aumentou em relação às economias centrais. A reorganização da economia a partir de conglomerados econômicos, de falência da economia tradicional, se deu com o aporte de novas tecnologias tanto no manejo quanto na qualidade questionável dos alimentos.

Diante desse fortalecimento da economia liderada pelo neoliberalismo, há uma verdadeira complexificação dos desafios a serem enfrentados pelas lutas por reforma agrária, assim como em todas as esferas de representação dos trabalhadores que destrói o poder sindical, desconstruindo o espaço público como estrutura de democratização dos direitos sociais.

Portanto, inaugurava-se a partir dos anos 90, novas mediações que compunham um complexo de defesas contra a propriedade coletiva da terra, retrocedendo com a necessidade de expansão dos latifúndios, na proporção moldada pela competitividade no mercado internacional. Surpreendidos com o aumento e rapidez em que o aparato policial era acionado contra os defensores da reforma agrária, o movimento camponês define uma nova fase de lutas, incorporando na defesa do acesso à terra, as lutas gerais da classe trabalhadora. Esse processo é parte de mudanças na consciência de classe, que são vitais para assegurar que as condições de vida apresentem nesse cenário riscos cotidianos à saúde de toda a população; riscos de segurança alimentar e riscos de um processo avassalador de desaparecimento das comunidades tradicionais, em ritmo de extinção desde a colonização portuguesa, mas impulsionadas pelos governos militares⁶.

Por isso, entendemos que o ódio é um *modus operandi* dos processos de desmoralização consciente da democracia, de forma racional e não um fato de ordem subjetiva, de causa individual ou um fenômeno psicossocial. Um componente do ódio contra as mulheres advém do poder político e econômico juntos, que a partir do governo Bolsonaro encontrou no isolamento emergencial deflagrado na pandemia, um componente de explosão de casos. A prática dos *haters* nas redes sociais, também foi potencializada contra personalidades femininas, ecoando nas eleições como tática política violenta contra as ativistas. O feminicídio ultrapassa as fronteiras do mundo periférico e as classes sociais, mas opera sob uma complexidade e causalidade peculiar, em cada espaço e lógica política.

6 O trabalho envolvido na agroecologia contribui desde os anos 2000 como alternativa consciente de preservação dos recursos naturais. É quando a política nasce do trabalho numa relação de emancipação do indivíduo. A educação é outra esfera de acesso à formação, que distingue os agricultores e povos tradicionais daqueles quando expulsos da terra, desde os anos 60 e 70. A partir de insumos técnicos e químicos, aumentava-se a produtividade e competitividade entre as famílias e reduzia-se a qualidade de vida, baseada em alimentos pouco nutritivos e contaminados por aditivos químicos

A esse propósito, os maiores conflitos não se restringem ao espaço virtual, mas nas bases da sociedade, ameaçando progressões na carreira pública e derrotando lideranças femininas de sucesso, propagando a violência psicológica, o assédio moral e uma demonização nos moldes anticomunistas tradicionais, onde os aparelhos de hegemonia penetram as estruturas do Estado: são as próprias delegacias de polícia, juízes, médicos, intelectuais, igrejas e o setor de educação, travando uma luta diária contra as greves e avanços nas pautas identitárias. A exemplo da absorção de um quadro nunca visto em nenhum governo democrático, os militares ocuparam o espaço público em nome de um projeto onde o patriarcado se impusesse frente a uma democratização das relações sociais objetivas, que se orientassem por uma perspectiva socialista. Mas o fizeram subjetivando as causas das contradições sociais e reconstituindo uma elite que se impõe pela meritocracia: contra as inclusões progressistas de reconhecimento da dívida social com os povos tradicionais dentre africanos escravizados, indígenas cujo legado persistente explica a desigualdade material, conforme a cor e o sexo.

Conclusões

Observamos que os momentos de crise da democracia burguesa, acabam por mobilizar as esquerdas, levando a uma ampliação das suas organizações. Isso, porém, não promove de imediato uma recuperação das perdas sociais, mas é vital para a sobrevivência da democracia. Os governos do PT que tiveram início em 2003, não encontraram uma conjuntura propícia ao avanço de um projeto socialista. Esse debate à época do primeiro governo Lula foi razão para uma debandada de seguidores para outros partidos.

Neste sentido, voltamos à questão do ódio instaurado contra as lideranças e partidos de esquerda, mais recentemente. Em geral o ódio capitalizado pela extrema-direita, é interpretado diretamente como influência das redes sociais, ou seja, como resultado do avanço das tecnologias e acesso geral e obrigatório à internet. Antes de tudo, deve-se considerar que a internet é resultado do processo de globalização da economia, onde o crescimento dos grupos mega-ricos é um projeto que aumentou a divisão de classe nos países periféricos. O Brasil é um dos maiores consumidores de dados de internet, isso atrai o poder dos grandes conglomerados da informação para o país, em forma de reação conservadora contra a regulamentação da internet. As *fakenews* movimentam o mercado e gera novos representantes políticos em defesa do capital hiperconcentrado neste setor.

Há que ressaltar como o ódio saiu de um plano subjetivo inicialmente, passando a representar um me-canismo de massa para fazer e avaliar a política. Essa inversão da qualidade em quantidade, é forjada no cotidiano através de mediações, personificando aqueles e aquelas pessoas que exercem influência ou liderança política, com maior frequência as mulheres ativistas.

É muito difícil cumprir com as promessas de campanha desconsiderando a geopolítica mundial, onde a iminência de acirramento dos conflitos em forma de uma terceira guerra mundial, tem sido mais pre-ocupante a cada dia. Defender a soberania e independência do Brasil nas tomadas de decisão bilaterais e fóruns internacionais é uma tarefa difícil nesse contexto em que o país é um fornecedor de armamen-to.

Outro elemento que corrói a democracia na égide neoliberal, contribuindo para o aumento da pobreza e da miséria é a redução das atribuições do Estado, por meio de concessão da gestão publica para a ini-ciativa privada. Isso divide a organização dos servidores públicos, reduz os espaços de decisão coleti-va e a qualificação dos serviços. Aumenta a dificuldade do controle social sobre os recursos públicos, desvalorizando essa esfera de participação da população.

A dotação orçamentária prevista na Constituição para as políticas de educação, saúde, habitação e as-sistência social, jamais foi atendida em sua plenitude ou mesmo, atualizada. Entretanto, aumentam-se os fundos partidários e uma vez que os partidos de extrema-direita obtém mais vagas no parlamento e senado, são eles os maiores beneficiados pelos recursos públicos.

Vale dizer que o PT de fato perdeu muitas características de partido popular, devido ao esvaziamento geral dos valores políticos para além do caráter eleitoral. Esse fato gerou uma disputa desigual, onde os investimentos em publicidade adequada às novas gerações, não foram realizados na medida ade-quada, com isso a política foi tomada pelo ódio, disseminado como expressão de competitividade. Outro elemento importante a considerar é a discriminação à mulher na política, justificada pelos traços renovados de patriarcalismo e racismo que moldam a cultura brasileira e reproduz uma estrutura per-versa e desigual, com traços acentuados de gênero e raça.

Finalmente, entendemos que os valores antidemocráticos ganharam adesão de muitos intelectuais de centro-direita, que hoje pressionam o governo para trair suas bases, como também para eliminar qual-quer traço de suas convicções de

origem. Mas essa tendência é resultado do trabalho longo da cultura e política de polarização movida pelas redes bolsonaristas e filtradas pela imprensa. Entretanto, o que se constata é o retorno da tendência conservadora, legitimando a divisão de classe e com ela a hegemonia do capital sobre o trabalho.

Referências:

ACANDA, J. L. (2006), Sociedade Civil e Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

BUCCI-GLUCKSMANN, Ch.. (1979) De la cuestión de los intelectuais a la del Estado. In: Gramsci y el Estado. México, Espanha, Argentina/ Colombia: Século XXI Editores, pp. 33-64.

CARDOSO, F. H. (1969) Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo: Difusão europeia do livro,.

FERNANDES, F. (1972) Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FRANÇA, T. (2013) Novo sindicalismo no Brasil. São Paulo: Cortez editora.

GONH, M. da G. (1997) Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola.

IASI, L. (2017) Política, Estado e Ideologia na Trama Conjuntural. São Paulo: Instituto Caio Pardo Junior.

MÉSZÁROZ, I. (2007) O desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Editora Boitempo.

PINHEIRO, L. F. (2010) Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Faperj/Gramma.

PINHEIRO, L. F. (2021). Convergências entre Política, Religião e Economia na Ideologia da Extrema-direita no Brasil. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-2-religiones-y-decolonialidad-en-america-latina/> Consultado em: 15 de abril 2024